

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/SE

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reals)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	4	45	226	Remunerações e Encargos	14	308	378
Aplicações financeiras temporárias(2)	4	17.380	15.964	Obrigações Tributárias	15	218	452
Creditos a receber	5	1.022	1.342	Obrigações com convênios e contratos	16	-	-
Numerosos vinculados a programas e projetos	6	77	37	Obrigações trabalhistas	17	3.350	4.220
Adiantamentos Concedidos	7	523	244	Contas a Pagar	17	1.465	2.632
Convênios e (acordos) a executar	8	874	924	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	2.824	3.515
Creditos com o Sistema SEBRAE	9	2.507	5.836				
Outros Creditos	10	119	72				
Total do ativo circulante		22.847	24.645	Total do passivo circulante		8.165	11.197
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Creditos com o Sistema SEBRAE	9	-	-	Provisões	11	1.095	1.087
Depositos Judiciais	11	25	25	Outras obrigações		1.075	1.453
Aplicações Financeiras	12	350	350				
Investimento				Total do passivo não circulante		2.170	2.540
Imobilizado	13	-	-	Total do passivo exigível		10.335	13.737
Intangível	13	12.548	12.636	Patrimônio líquido	18		
Total do ativo não circulante		12.923	13.011	Superavuls acumulados		14.744	9.663
				Superavit(déficit) do período / exercício		1.216	5.036
				Ajuste de avaliação patrimonial		9.175	9.220
Total do ativo		35.470	37.656	Total do patrimônio líquido		25.135	23.919
				Total do passivo e do patrimônio líquido		35.470	37.656

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.


 Eraldo Mendes Menezes Junior
 Contador
 CRC/SE 4.186
 SEBRAE/SE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/SE
Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receitas			
Contribuição social líquida (CSO/CSN)	19	9.750	8.390
Receitas empresas beneficiadas	20	270	225
Receitas de convênios, Subvenções e auxíli	21	-	-
Outras receitas operacionais	22	22	108
Total das Receitas		10.042	8.723
Despesas			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	23	(4.067)	(3.905)
Serviços profissionais e contratados	24	(2.974)	(1.834)
Custos e despesas de operacionalização	25	(1.131)	(805)
Encargos diversos	26	(54)	(73)
Variações monetárias passivas	27	-	-
Despesas com transferências e com program	27	(42)	(576)
Despesas com provisões		(195)	(217)
Depreciação e amortização		(522)	(323)
Outras despesas operacionais		(9.054)	(7.809)
Total de Despesas		(9.054)	(7.809)
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		1.008	914
Resultado Financeiro Líquido (receita finan	29	208	455
Superávit (déficit) do período		1.216	1.369

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Erathoshlones Menezes Junior
 Contador
 CRC/SE 4.186
 SEBRAE-SE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/SE

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Superávit (déficit) do período	1.216	1.369
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	1.216	1.369

As notas explicativas são parte integrante das


Edithestheres Menezes Junior

Contador
CRC/SE 4.186
SEBRAE-SE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/SE
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Superávit (déficit) acumulado	Superávit (déficit) do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	7.554	1.929	9.400	18.883
Incorporação do superávit(déficit) do exercício anterior	1.929	(1.929)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	45	-	(45)	-
Superávit (déficit) do período	-	1.369	-	1.369
Saldo em 31 de março de 2017	9.528	1.369	9.355	20.252
Saldo em 1º de janeiro de 2018	9.663	5.036	9.220	23.919
Incorporação do superávit (déficit) do exercício anterior	5.036	(5.036)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	45	-	(45)	-
Superávit (Déficit) do período	-	1.216	-	1.216
Saldo em 31 de março de 2018	14.744	1.216	9.175	25.135

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.


 Erastosthenes Menezes Junior
 Contador
 CRC/SE 4.186
 SEBRAE-SE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE /SE

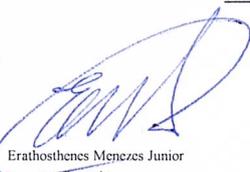
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do período	1.216	1.369
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	195	217
Baixa de bens	-	-
Provisões Circulantes	-	-
Provisões não circulantes	8	330
	<u>1.419</u>	<u>1.916</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Creditos a receber	320	344
Numerários vinculados a convênios e programas	(40)	(3.102)
Adiantamentos Concedidos	(279)	(238)
Adiantamentos de convênios e acordos a executar	50	-
Créditos com o Sistema SEBRAE	3.329	(484)
Créditos com o Sistema SEBRAE de longo Prazo	-	-
Depósitos realizáveis a longo prazo	-	-
Aplicação de Longo Prazo	-	(300)
Outros créditos circulantes	(47)	(22)
Outros créditos não circulantes	-	-
	<u>3.333</u>	<u>(3.802)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Emprestimos e Financiamentos	-	-
Remuneração e Encargos	(70)	(104)
Obrigações Tributárias	(234)	(208)
Obrigações com convênios e contratos	-	-
Contas a pagar	(1.167)	(563)
Obrigações trabalhistas	(870)	(3.693)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(1.069)	1.661
	<u>(3.410)</u>	<u>(2.907)</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	<u>1.342</u>	<u>(4.793)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(107)	(20)
Aplicações financeiras em fundos de investimento	-	-
Resgates financeiros em fundos de investimento	-	-
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimento	<u>(107)</u>	<u>(20)</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.235</u>	<u>(4.813)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17.425	13.456
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16.190	18.269
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>1.235</u>	<u>(4.813)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Erathosthenes Menezes Junior
Contador
CRC/SE 4.186
SEBRAE-SE

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Sergipe - SEBRAE/SE
Balanco Orcamentario em 31 de março de
2018 e 2017.

Balanco Orcamentario – Sebrae/SE

Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	% Δ (c/a)	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	% Δ (c/a)
		Previsão Original (b)	Execução (c)					Previsão Original (b)	Execução (c)		
Receitas Correntes	9.086	44.370	10.258	23,1%	12,9%	Despesas Correntes	6.853	43.079	8.250	19,2%	24,0%
Contribuição Social Ordinária-CSO	7.902	31.616	9.044	28,6%	14,5%	Despesas de Capital	418	2.097	506	24,1%	21,0%
Contribuição Social do Sebrae/NA-GSN	409	9.296	707	7,6%	44,6%	Investimentos / Outros	20	479	107	22,2%	432,0%
Convênios (Parceiros e Sebrae/NA)	0	20	0	0,0%	0,0%	Financiamentos / Amortização de Empréstimos	388	1.618	400	24,7%	0,3%
Aplicações Financeiras	463	1.200	215	18,0%	-53,4%	Fundo de Reserva		1.695			
Empresas Beneficiadas	225	2.198	270	12,3%	19,9%	Despesas Totais	7.071	46.870	8.756	18,7%	23,8%
Outras Receitas	8	40	22	54,8%	188,6%	Superávit Total	2.015	1.501			
	0		0			Superávit Corrente	2.433	2.007			
Receitas de Capital					0,0%						
Alienação de Bens	0	0	0	0,0%	0,0%						
Oper. Crédito / Recob. Empréstimos	0	0	0	0,0%	0,0%						
Saldo de Exercícios Anteriores		2.500									
Receitas Totais	9.086	46.870	10.258	24,9%	12,9%		7.071	46.870	8.756	18,7%	23,8%
	0		0				2.015	1.501			
Total Geral	9.086	46.870	10.258	24,9%	12,9%	Total Geral	9.086	46.870	10.258	24,9%	12,9%


Erasthones Menezes Junior

Contador

CRC/SE 4.186

SEBRAE-SE

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Sergipe (“SEBRAE/SE” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, constituída em 05 de novembro de 1975 tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Av. Tancredo Neves, nº5. 500, bairro América, município de Aracaju, estado de Sergipe.

O âmbito de atuação do SEBRAE/SE constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Sergipe, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/SE recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- 1) Banco do Brasil S/A;
- 2) Banco do Estado de Sergipe;
- 3) Caixa Econômica Federal;
- 4) Câmara de Dirigentes Lojistas de Aracaju – CDL;
- 5) Instituto Euvaldo Lodi – IEL;
- 6) Instituto de Tecnologia e Pesquisa do Estado de Sergipe – ITPS;
- 7) Federação das Associações Comerciais e Industriais Agropastoris de Sergipe - FACIASE
- 8) Federação da Agricultura do estado de Sergipe - FAESE;
- 9) Federação do Comércio do Estado de Sergipe – FECOMÉRCIO/SE;
- 10) Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Sergipe – FCDL;
- 11) Federação das Indústrias do Estado de Sergipe – FIES;
- 12) Outras Unidades do Serviço de Apoio as Micros e Pequenas Empresas, bem como o SEBRAE/NA



*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe- SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em 31 de março de
2018 e 2017.*

- 13) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia – SEDETEC;
- 14) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; e
- 15) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.

O SEBRAE/SE é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída.

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter de contraprestação direta, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial supracitada venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da

Administração da Entidade, não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

1.2 Processo Administrativo – Compliance

O processo administrativo foi concluído não trazendo impacto às demonstrações financeiras de 2016, conforme relatório da Comissão de Sindicância avaliado e aprovado pelo Comitê de Compliance, apreciado pelo Conselho Deliberativo Estadual, pendente de avaliação do Conselho Deliberativo Nacional.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente “NBC TG”) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. (CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico nº 27, instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

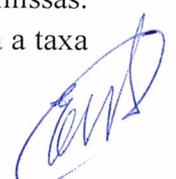
A Diretoria Executiva da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 26 de janeiro de 2018.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 05), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 13), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 11) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria relativas a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 30). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa



de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês seguinte ao de sua competência (Nota Explicativa nº 19). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional – CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 19).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos -convênios de origem (Nota Explicativa nº 21).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 20).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 04)

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.



A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 17)

iii. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo.

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	4% a.a.
Máquinas e equipamentos	12,5% a.a.
Utensílios e acessórios	10 % a.a.
Equipamentos de informática	6,66 a 33,33% a. a.
Veículos	20% a.a.
Instalações	10% a.a.

e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável,

que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 11)

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 23)

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Sergipe – SEBRAE/SE é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência – Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/SE reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/SE contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 30)



i. Subvenção e assistência governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como; receita de convênios, e subvenções e auxílios e outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

j. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e alterações previstas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018: NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes; NBC TG 48 Instrumentos Financeiros e Contratos de Arrendamento para 2019.

Com base em avaliação preliminar a entidade não espera impactos significativos no reconhecimento da receita de serviços no que se refere à NBC TG 47, como também no reconhecimento de seus instrumentos financeiros conforme NBC TG 48, desta forma a entidade revisará seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração dos itens sujeitos às alterações correspondentes.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

l. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 32).

m. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.



As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 11).

n. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 3,33% a 33,34%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Contas Bancárias (i)	45	226
Aplicações Financeiras (ii)	17.380	15.934
Total	17.425	16.190

- (i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, no exercício findo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, se encontra a seguir descrita:



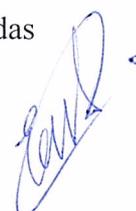
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe- SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em 31 de março de
2018 e 2017.

Bancos	31/03/2018	31/12/2017
Caixa econômica Federal	11	11
Banco do Brasil	-	162
Banco do Nordeste	-	18
Banese	34	35
TOTAL	45	226

(ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	31/03/2018	31/12/2017
		Valor Contábil	Valor Contábil
Banco do Brasil	CDB	9.819	11.454
Banco do Nordeste	CDB	2.641	1.924
Caixa Econômica Federal	FIF Milênio	4.941	4.829
Provisão para IRRF (*)		(21)	(17)
Total		17.380	18.190

(*) refere-se a estimativa da Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.



Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

5. Créditos a receber

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Créditos a receber (i)	1.335	1.655
Cheques e cartão (ii)	-	-
(-) Provisão para Crédito de Liquidação (iii)	(313)	(313)
TOTAL	1.022	1.342

- i. Créditos a receber referente a operações de prestações de Serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.
- ii. Refere-se a Cheques e Cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados.
- iii. Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro:

O cálculo é feito através da composição dos nossos clientes e seus respectivos prazos de vencimento, onde constam os prazos a vencer, vencidos entre 1 a 30 dias, 31 a 60 dias, 61 a 90, 91 a 180, 181 a 360 e vencidos há mais de 361 dias. Dessa forma, utilizamos o critério que os clientes que se encontravam com prazos já vencidos entre 181 a 360 dias e os que estavam vencidos há mais de 361 dias, seriam prováveis perdas.



6. Numerários vinculados a convênios e programas

Bancos	31/03/2018	31/12/2017
Contas correntes – Banco do Brasil	40	1
Aplicações Financeiras Banco do Brasil	37	36
Total	77	37

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/SE, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/SE. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”.

7. Adiantamentos Concedidos

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos a Funcionários (i)	417	187
Adiantamento a Fornecedores (ii)	62	52
Adiantamento para Viagens	44	5
Total	523	244



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe- SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em 31 de março de
2018 e 2017.

8. Convênios a Executar

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Convênios – 02/2014 SERGIPE DEL REI	-	-
Convênio – 01/2003 CISE	-	-
Convênio – 04/2015 SEBRAE/SE - SENAR	487	487
Convênio – 03/2013 SEBRAE/UFS	-	-
Convênio – 38/2013 SEBRAE/PE	-	-
Convênio – 02/2012 I-TEC	-	-
Convênio - CESUL	47	47
Convênio – 01/2016 UNIT	100	100
Convênio – UFS/2016	85	85
Convênio – 06/2016 SEBRAE/ITEC	100	100
Convênio – 01/2017 SEBRAE/SENAR	105	105
<i>(-) Execuções</i>	(50)	-
(-) Retornos de valores	874	924



9. Transações com o Sistema SEBRAE.

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- a) Créditos com o sistema SEBRAE
- b) Obrigações com Sistema SEBRAE
- c) Pessoal chave da Administração
- d) Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos CSO a Receber (i)	2.507	-	2.507	5.388	-	5.388
Recursos de CSN a receber	-	-	-	448	-	448
Outros Créditos a Receber	-	-	-	-	-	-
Total	2.507	-	2507	5.836	-	5.836

(i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Ordinárias – CSO”. O saldo remanescente de CSO registrado em dezembro de 2017 foi recebido no início do exercício de 2018. Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2018 a 2019 e do orçamento de 2018 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.



Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição Circulante	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CSN a devolver (i)	-	-	-	-	-	-
Licença de Softwares	-	-	-	-	-	-
Prog. de Melhoria Org. CT.300/16 - 115011	1.612	1.075	2.687	1.585	1.453	3.038
CSN a comprovar	1.212	-	1.212	1.930	-	1.930
Total	2.824	1.075	3.899	3.515	1.453	4.968

(i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais – CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-21, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2018 os acertos contábeis no SEBRAE/SE e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe- SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em 31 de março de
2018 e 2017.

c. Transações de resultado

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO)	9.044	7.902
Contribuição Social Ordinária (CSO) - Saldo	-	-
Contribuição Social Nacional (CSN)	706	488
Total	9.750	8.390

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º., inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional – CDN e Estadual – CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração da pessoal chave da Administração:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	358	334
Benefícios	28	26
Total	386	360



10. Outros Créditos

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Depósitos Restit. e Valores Vinculados	72	64
Créditos Diversos	29	-
Outros Valores a Receber	-	-
Despesas Pagas Antecipadamente	18	8
Total	119	72

11. Provisões

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/SE como risco “provável” de perda:

Descrição	Depósitos judiciais		Provisão	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Riscos Trabalhistas	25	25	436	436
Riscos Cíveis	-	-	100	100
Riscos Fiscais	-	-	85	85
COFINS	-	-	474	466
Total	25	25	1.095	1.087

- **Processo 0001578-35.2016.5.20.0008 – Ação Trabalhista – R\$ 36.000,00 - Provisão de Perda Provável**



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe- SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em 31 de março de
2018 e 2017.

- **Processo 200385000060993 – Ação Fiscal – R\$ 85.030,44 - Previsão de Perda Provável**
- **Processo 201211201271 – Ação Cível – R\$ 100.000,00 - Previsão de Perda Provável**
- **Processo 0001270-59.2017.5.20.0009 - Ação Trabalhista- R\$ 400.000,00- Previsão de Perda Provável**

O SEBRAE/SE possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	Valor	
	31/03/2018	31/12/2017
Riscos Trabalhistas	105	105
Riscos Cíveis	-	-
Riscos Fiscais	-	-
Total	105	105

OUTRAS PROVISÕES:

12. Aplicações Financeiras de Longo Prazo

(i). Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	31/03/2018	31/12/2017
		Valor	Valor
		Contábil	Contábil
BB TITULO	Modalidade Tradicional	350	350



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe- SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em 31 de março de
2018 e 2017.

DE CAPITAL	Título de Capitalização		
Total		350	350

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

13. Investimento, imobilizado e Intangível

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de março de 2018:

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Saldo em 01/01/2018	Aquisições	Baixas	Valor em 31/03/2018
Custo contábil					
Terreno		6.264	-	-	6.264
Edificações		8.849	-	-	8.849
Móveis e utensílios		971	-	-	971
Veículos e Acessórios		270	-	-	270
Máquinas/equipamentos		1.147	10	-	1.157
Equipamentos de Informática		3.921	96	-	4.017
Instalações		264	-	-	264
Aquisições em andamento		-	-	-	-
Obras de Arte		48	-	-	48
Bens de Terceiros		269	-	-	269



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe- SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em 31 de março de
2018 e 2017.

Total do custo		22.003	106	-	22.109
Total da depreciação acumulada		(9.367)	-	(194)	(9.561)
Total líquido		12.636	106	(194)	12.548

14. Remuneração e Encargos

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de remunerações a empregados: e encargos a recolher como segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração a pagar	-	-
Encargos sociais a recolher	308	378
Consignações da Folha de Pagamento	-	-
Total	308	378

15. Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes obrigações acessórias de retenções de impostos de folha de empregados, terceiros, serviços e outro como segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
IRRF-folha	103	126
ISS	22	81
INSS-SER- TERC.	17	22



*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe- SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em 31 de março de
2018 e 2017.*

OUTRAS OBRIGAÇÕES	76	223
Total	218	452

16. Obrigações Trabalhistas

Refere-se a provisões de férias e remuneração variável e encargos pertinentes, sendo constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro funcional, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Obrigações sobre férias e 13º salário	1.692	1.653
Obrigações sobre Remuneração Variável;	2	601
Plano de Desligamento Incentivado	1.656	1.966
Total	3.350	4.220

17. Contas a pagar

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	1.384	2.488
Adiantamentos de Clientes	10	56
Cauções e Depósitos	71	79
Outras Obrigações	-	9
Total	1.465	2.632



18. Patrimônio líquido

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Superávit Acumulado	14.744	9.663
Superávit (déficit) do exercício	1.216	5.036
Ajuste Avaliação Patrimonial	9.175	9.220
Total	25.135	23.919

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (Déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

19. Receitas com contribuição social

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária – CSO (a)	9.044	7.902
Contribuição Social do Nacional – CSO – Saldo (b)	-	-
Contribuição Social do Nacional - CSN (c)	706	488
Total da receita líquida	9.750	8.390



a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Ordinária (CSO - Saldo)

São alocadas as receitas incorporadas na programação do exercício oriundas de saldos orçamentários de exercícios anteriores.

c. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/SE para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/SE (IN.37.21).

20. Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Treinamentos	35	11
Consultoria	139	210
Feiras	96	4
Palestras	-	-
Outras	-	-
Total	270	225

O aumento na rubrica “Feiras” ocorreu em virtude da realização da Feira de Sergipe em Janeiro de 2018, na orla de Atalaia em Aracaju/SE.



21. Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros.

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/SE.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Convênio UNICRED	-	-
Convênio EMSETUR ABIH 01/2015	-	-
Total	-	-

22. Outras receitas operacionais

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Recuperação e restituições	22	7
Venda de Ativos	-	-
Reversão de provisões	-	-
Receitas de exercícios anteriores	-	100
Outras Receitas	-	1
Total	22	108

23. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Salário e Proventos	(2.125)	(1.922)
13°. Salário	(197)	(187)
Férias	(261)	(253)



*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
 Empresas de Sergipe- SEBRAE/SE
 Demonstrações financeiras em 31 de março de
 2018 e 2017.*

Outros gastos com pessoal e PDI	(65)	(142)
Encargos Sociais	(797)	(746)
Benefícios Sociais	(622)	(655)
Total	(4.067)	(3.905)

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

24. Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Instrutória e Consultoria (a)	(745)	(656)
Serviços Técnicos e Especializados	(621)	(473)
Manutenção, Segurança e Limpeza (b)	(607)	(318)
Demais Serviços contratados (c)	(971)	(355)
Encargos Sociais s/ serv. terceiros	(30)	(32)
Total	(2.974)	(1834)

- a.** Esse grupo de despesas engloba os serviços prestados por empresas de consultorias e instrutorias credenciadas por editais.
- b.** Em virtude de uma modernização no sistema de segurança do SEBRAE/SE, ocorreu um aumento na rubrica Manutenção, Segurança e Limpeza.
- c.** Essas despesas estão relacionadas com organização e promoção de eventos, locação de mão de obra, bolsa auxílio de estagiários, e outros serviços contratados.

25. Custos e Despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Despesa de Viagem	(227)	(219)
Alugueis e Encargos	(353)	(210)
Divulgação, Anúncios, Publicidade e Propaganda (a)	(143)	(3)
Serviços Gráficos e de Reprodução	(66)	(55)
Serviço de Comunicação em Geral	(85)	(84)
Materiais de Consumo	(105)	(90)
Demais custo e despesas Gerais	(152)	(144)
Total	(1.131)	(805)

(a) O aumento na rubrica ocorreu em virtude da divulgação da Feira de Sergipe em Janeiro de 2018, realizada na orla de Atalaia em Aracaju/SE.

26. Encargos diversos

Nesse grupo são registrados os gastos com impostos sobre aplicações financeiras, PIS-folha e taxas diversas.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Impostos e Contribuições	(53)	(73)
Taxas	(1)	-
Total	(54)	(73)



27. Despesas de Transferência com programas e convênios.

Nesse grupo são registrados os gastos com transferências e despesas com convênios referentes a programas da entidade.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Convênios	-	-
Total	-	-

28. Despesas com provisões

Nesse grupo são registradas as despesas com provisões constituídas no período (exercício).

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Provisão Para Riscos Fiscais e outras	(26)	(330)
Provisão para perdas diversas	-	(219)
Provisão para Imposto de renda Aplicações Financeiras	(16)	(27)
Total	(42)	(576)

29. Resultado Financeiro Líquido

Nesse grupo são registrados os rendimentos financeiros e as despesas financeiras, bem como as variações montarias ativas e passivas, decorrentes dos fundos de investimentos e aplicações que tem o objetivo de resguardá-lo da desvalorização monetária por conta da inflação.

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Rendimentos Financeiros	216	463
(-) Despesas financeiras		
IR sob aplicações financeiras	-	-
Comissões s/cartões de crédito	(4)	(4)
Despesas bancarias	(4)	(4)



Encargos atualização Monetária de empréstimo		-
Variação Monetária Passiva	-	-
(-) Variação Monetária Ativa	-	-
Total	208	455

30. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros contra multiriscos era composta por R\$ 14.300 para Imóveis, R\$ 71 para veículos e R\$ 3.000 de Responsabilidade Civil para Entidade.

31. Instrumentos Financeiros

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- * Risco de crédito;
- * Risco de liquidez e
- * Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- * Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- * Contas a receber.



- * Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- * Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 04, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que, efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado. A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Hierarquia do valor justo

O NBC TG 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.



Erathosthenes Menezes Junior

Contador
CRC/SE 4.186
SEBRAE-SE

Notas explicativas referentes ao Balanço Orçamentário

1 RECEITAS

a. Contribuição Social do Sebrae/NA - CSN

Como a maioria das iniciativas com recursos CSN foram aprovadas a partir de março 2017 e com previsão de execução 2017 e 2018, então os gestores puderam executá-las desde janeiro do corrente ano. Dessa forma, a execução em relação ao mesmo período do ano passado está maior em 44,6%.

b. Aplicações Financeiras

Comparando os dois anos, a execução teve um decréscimo de 53,4% em 2018, pois houve um menor volume de recursos aplicado.

c. Empresas Beneficiadas

O acréscimo de 19,9% em Empresas Beneficiadas refere-se à maior receita nas rubricas Treinamento e Feiras e isso suprimiu a menor contribuição em Consultoria nesse período. Ressalta-se que o aumento na rubrica “Feiras” ocorreu em virtude da realização da Feira de Sergipe em janeiro de 2018, na orla de Atalaia em Aracaju/SE.

d. Outras Receitas

A maior execução da rubrica Recuperações e Restituições demonstrou esse aumento de 188,6% em Outras Receitas.

2 DESPESAS

a. Serviços Profissionais e Contratados

Em virtude de uma modernização no sistema de segurança do SEBRAE/SE, ocorreu um aumento na rubrica Manutenção, Segurança e Limpeza. Como também, houve aumento na execução das despesas relacionadas à organização e promoção de eventos, locação de mão de obra, bolsa auxílio de estagiários, e outros serviços contratados.

b. Demais Despesas Operacionais

A variação de 40,6% refere-se ao aumento das execuções nas rubricas “Aluguéis e Encargos” e “Divulgação, Anúncios, Publicidade e Propaganda”. Essa última teve uma maior execução em virtude da divulgação da Feira de Sergipe em janeiro de 2018, na orla de Atalaia em Aracaju/SE.



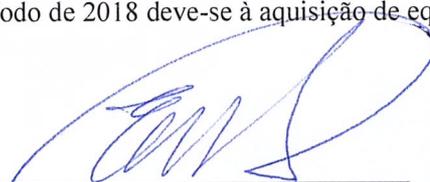
*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe- SEBRAE/SE
Balanço Orçamentário em 31 de março de
2018 e 2017.*

c. Encargos Diversos

O decréscimo na execução de 28,3% na natureza Encargos Diversos explica-se pelo menor montante de recursos aplicados e diminuição da rubrica “IR s/ Aplicações Financeiras”.

d. Investimentos / Outros

O aumento da execução nesse período de 2018 deve-se à aquisição de equipamentos de informática.



Erathosthenes Menezes Junior

Contador
CRC/SE 4.186
SEBRAE-SE